



INFORMATIVO

AGOSTO | 2023

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**GILSON DANIEL É O DEPUTADO
MAIS MUNICIPALISTA DO BRASIL**

PÁG. 6

**Aprovado texto de Renata Abreu para
“Protocolo Não é Não”**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Fabio Macedo (MA)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Marcus Deois

Direção Geral:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:
Fabiola Salvador, Gabriel Tiveron, Marcilene Maia, Brunna Moraes, Tullio Damin Da Sois, Elloá Urbano, George Pacífico, Brenda Rodrigues, Vicente Bezerra, Ana Luiza Iacomini, Vinicius Loures, João Rafael, Samuel Sudré, Raquel Vasconcelos, Paula Abad, Rafaella Panceri, Gabriel Cruz, Tikkho Maciel, Sérgio Lima e Robert Alves.

SUMÁRIO

- 4** Gilson Daniel é o deputado mais municipalista do Brasil
- 6** Aprovado texto de Renata Abreu para “Protocolo Não é Não”
- 8** Dr. Victor Linhalis garante votação de projeto que isenta advocacia de pagar custas em processos de execução de honorários
- 10** Romero Rodrigues quer transparência nos serviços de internet banda larga
- 12** Nely Aquino garante reconhecimento de robótica como esporte de competição
- 14** Aprovado projeto de lei de Glaustin da Fokus que prevê o combate ao burnout
- 16** Raimundo Costa participa de lançamento do programa de incentivo a pesca artesanal
- 18** Comissões e saúde na serra gaúcha foram o foco de Mauricio Marcon em julho e agosto
- 20** Bruno Ganem tem emenda sancionada pelo presidente no Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’
- 22** Crescimento da indústria do turismo no Brasil gera empregos e divisas
- 24** Projeto de Ruy Institui Programa Nacional de Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia
- 26** Igor Timo, parceiro dos prefeitos mineiros, participa do Movimento Municipalista e defende mais recursos para socorrer entes federados
- 30** “Quero somar para a melhoria da saúde. Precisamos revolucionar o SUS para fortalecer o atendimento”, defende Rodrigo Gambale
- 32** Sargento Portugal encaminha Indicação ao Presidente da República para criar Sistema de pagamento de indenização pela entrega voluntária de armas de fogo
- 34** Além da Reforma Tributária, deputado Hauly defende a adoção do semipresidencialismo



“A vida acontece nos municípios e é lá que devemos concentrar nossos esforços enquanto parlamentares, para que nossos mandatos possam, realmente, melhorar e mudar a vida das pessoas”

GILSON DANIEL É O DEPUTADO FEDERAL MAIS MUNICIPALISTA DO BRASIL

O Observatório Político da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) traz o deputado do Podemos em primeiro lugar no ranking, com 31 pontos. O segundo colocado marca 23.

O Deputado Federal do Podemos Espírito Santo, Gilson Daniel, é o deputado mais municipalista do Brasil. A informação é da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que traz o deputado em primeiro lugar geral do ranking, com 31 pontos. O segundo colocado na lista tem 23 pontos. A informação pode ser conferida no <https://www.politico.cnm.org.br/>.

Segundo a CNM, cada deputado recebe uma pontuação de acordo com as atividades desenvolvidas em prol dos municípios brasileiros, dividida entre votos e ações.

De acordo com o portal da Confederação, Gilson Daniel marcou pontos com a apresentação da PEC 38/2023, uma Proposta de Emenda à Constituição, que modifica as regras dos regimes próprios de Previdência Social dos servidores dos municípios, objetivando o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes e a sustentabilidade fiscal desses entes.

Também pontuou com o requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar 98/2023, de sua autoria, que altera a Lei Complementar 101/2000, que trata da retirada das contratações

terceirizadas do gasto com pessoal, e com a presença na Mobilização Municipalista, no dia 15 de agosto de 2023, na sede da CNM.

Nas votações, Gilson Daniel também marcou ponto votando favorável aos municípios no PLP 139/2022, que foi o de manutenção dos Coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e no VET 7/2023, medidas contra o desperdício de água.

“Fico muito feliz com essa pontuação, que nada mais é do que o reflexo do nosso trabalho. A pauta municipalista está na minha veia por já ter sido prefeito e presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes). Já venho lutando por essa pauta há muitos anos e não seria diferente aqui no Congresso”, avalia o deputado.

Gilson Daniel ainda complementa: “Nossa atuação está dentro da filosofia do Podemos, de sermos sempre a favor do cidadão. Quero parabenizar a CNM e agradecer a realização deste trabalho tão sério e importante. A vida acontece nos municípios e é lá que devemos concentrar nossos esforços enquanto parlamentares, para que nossos mandatos possam, realmente, melhorar e mudar a vida das pessoas”, concluiu Gilson Daniel.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

APROVADO TEXTO DE RENATA ABREU PARA “PROTOCOLO NÃO É NÃO”

A Deputada Renata Abreu, do Podemos de São Paulo, relatou o Projeto de Lei 3/23, aprovado pela Câmara, que cria o protocolo para atender mulheres vítimas de violência sexual ou assédio em discotecas, bares, restaurantes e outros espaços de lazer.

“Este é um projeto de todos. A nossa luta no combate à violência contra a mulher vem de muito tempo, e só um conjunto de medidas vai mudar essa realidade triste”, afirmou Renata Abreu.

O “Protocolo Não é Não” prevê que os estabelecimentos mantenham pessoal treinado para agir em caso de denúncia de violência ou assédio a mulher, inclusive para preservação de provas, e disponibilizar recursos para que a denunciante possa acionar a polícia ou regressar ao lar de forma segura.

No caso do estabelecimento dispor de sistema de câmeras de segurança, esse deverá garantir o acesso às imagens à Polícia Civil, à perícia oficial e aos diretamente envolvidos. O material deverá ser preservado pelo período mínimo de 30 (trinta) dias.

O “Protocolo Não é Não” é similar ao implantando na cidade de Barcelona (Espanha), conhecido como “No Callem”, para combater a violência sexual em espaços

privados noturnos. O protocolo foi aplicado recentemente no episódio que envolveu o jogador brasileiro de futebol Daniel Alves, acusado de estuprar uma mulher em uma boate da cidade.

Além do “Protocolo Não é Não”, Renata Abreu também é autora de leis que fortalecem o combate à violência contra a mulher como as leis 14.316/2022, que destina 5% das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de combate à violência feminina; 13.718/2018, transformando a importunação sexual em crime, com até 5 anos de cadeia; e a lei 13.931/2019, que determina que o profissional de Saúde comunique, em até 24 horas, as autoridades policiais indícios ou casos de violência contra a mulher.

Outra medida que reforça o combate à violência contra a mulher, de autoria da deputada Renata Abreu, foi aprovada na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado na terça-feira (1º). O texto da matéria obriga o Poder Público a divulgar a existência do crime de importunação sexual.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“A nossa luta no combate à violência contra a mulher vem de muito tempo, e só um conjunto de medidas vai mudar essa realidade triste”

A close-up portrait of a middle-aged man with short brown hair, smiling slightly. He is wearing a dark brown suit jacket, a white dress shirt, and a dark blue tie with a light-colored geometric pattern. A small gold pin is visible on his left lapel. The background is blurred, showing an indoor setting with warm lighting.

“Os honorários têm caráter alimentar e a aprovação faz justiça a toda a classe dos advogados do Brasil”

DR. VICTOR LINHALIS GARANTE VOTAÇÃO DE PROJETO QUE ISENTA ADVOCACIA DE PAGAR CUSTAS EM PROCESSOS DE EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

Após intervenção do Deputado Federal Dr. Victor Linhalis (Podemos-ES), a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou um projeto de lei que garante à advocacia o direito de não pagar custas antecipadamente no caso de execução de honorários. Agora, o texto segue para a análise do Plenário da Casa Legislativa.

O Projeto de Lei (PL) 4538/2021 é de autoria da Deputada Renata Abreu (Podemos-SP) e de relatoria do Deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), com parecer favorável. Na justificção, Renata Abreu ressalta: “O objetivo é garantir os meios necessários ao exercício da advocacia, tendo em vista sua importância para a solução dos conflitos, como instrumento de pacificação social”.

No momento da votação, o Deputado Dr. Victor Linhalis apoiou o projeto e fez a leitura do parecer do relator, garantindo a votação do PL que tramitava desde 2021. “A advocacia é essencial ao exercício da Justiça; a classe da advocacia já vem sofrendo quando não consegue receber os honorários que fazem jus, e aí ser duplamente penalizada tendo que adimplir as custas judiciais de forma antecipada seria dobrar a punição que esse trabalhador já tem sofrido.

Os honorários têm caráter alimentar e a aprovação faz justiça a toda a classe dos advogados do Brasil”, acrescenta o parlamentar.

A redação inicial do projeto previa o acréscimo de um parágrafo (§ 3º) ao art. 82 (caput) do Código de Processo Civil, para estabelecer que “na execução de honorários advocatícios, o advogado ficará isento de pagar custas processuais”.

O projeto foi aprovado pela Câmara em 2018 e encaminhado ao Senado, que modificou a redação do referido dispositivo. No substitutivo, foi feito o seguinte texto: “Nas ações de cobrança por qualquer procedimento, comum ou especial, bem como nas execuções ou cumprimentos de sentença de honorários advocatícios, o advogado ficará dispensado de adiantar o pagamento de custas processuais e caberá ao réu ou executado suprir, ao final do processo, o seu pagamento, se tiver dado causa ao processo”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

ROMERO RODRIGUES QUER TRANSPARÊNCIA NOS SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA

Projeto do deputado obriga empresas apresentarem, na fatura, gráficos que informem a velocidade mensal média de envio e recebimento de dados

A internet é um serviço essencial para a vida moderna. Ela é usada para estudar, trabalhar, comunicar, informar e se divertir. No entanto, nem sempre a velocidade da internet é a prometida pelas empresas prestadoras de serviços. Isso pode causar diversos problemas para os usuários, como dificuldade para acessar sites e aplicativos, lentidão na execução de tarefas e até mesmo a perda de dados.

Para solucionar esse tipo de transtorno, o Deputado Federal Romero Rodrigues (Podemos-PB) apresentou um Projeto de Lei (3788/2023) que garante a transparência e o respeito aos direitos dos consumidores de serviços de internet de banda larga fixa e móvel. Atualmente, muitos consumidores enfrentam dificuldades para verificar se a velocidade de internet entregue pelas empresas prestadoras de serviços corresponde à velocidade contratada.

“Essa situação gera uma assimetria de informações, que prejudica o consumidor e favorece práticas abusivas por

parte das empresas. Por isso, queremos a obrigatoriedade de as empresas apresentarem, na fatura, gráficos que informem a velocidade mensal média de envio e recebimento de dados permitirá ao consumidor verificar de forma simples e direta se a velocidade de internet entregue corresponde à contratada”, justificou o deputado.

Romero também explicou que o Projeto ainda prevê penalidades para as empresas que descumprirem suas disposições e compensação automática na fatura do mês posterior em caso de entrega de velocidade inferior à contratada, sendo esta uma medida que incentiva as empresas a cumprirem com suas obrigações contratuais.

“Esse Projeto de Lei representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos consumidores de serviços de internet. Não há mais espaço para falhas na prestação deste serviço que faz parte da rotina das pessoas”, concluiu.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Esse Projeto de Lei representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos consumidores de serviços de internet. Não há mais espaço para falhas na prestação deste serviço”



“Os esportes digitais e eletrônicos, bem como as competições de robótica, são uma realidade que precisa ser reconhecida pelo Estado brasileiro”

NELY AQUINO GARANTE RECONHECIMENTO DE ROBÓTICA COMO ESPORTE DE COMPETIÇÃO

A Comissão de Esportes da Câmara (CE) aprovou o Projeto de Lei 1.106/23, que define robótica como esporte de competição e de relevância educacional. A proposta recebeu parecer favorável da Deputada Federal Nely Aquino, do Podemos Minas Gerais.

“Os esportes digitais e eletrônicos, bem como as competições de robótica, são uma realidade que precisa ser reconhecida pelo Estado brasileiro, de forma que sejam superadas dicotomias como esporte físico e esporte eletrônico, esporte físico e esporte intelectual ou da mente. Todos eles convergem para a incansável busca de superação do ser humano em suas capacidades físicas e mentais”, defendeu a relatora.

A relatora lembra que no Brasil já existem torneios como a Olimpíada Brasileira de Robótica, o

Torneio Juvenil de Robótica, a RoboCup Brasil, o Torneio Brasil de Robótica e o IronCup, que oferecem espaço e viabilizam a prática desportiva.

O texto do projeto estabelece que os Ministérios da Educação e do Esporte serão responsáveis pela promoção de ações, em conjunto ou separadamente, que visem a ampliação de conhecimentos educacionais e esportivos no campo da Robótica.

A matéria ainda será analisada e votada nas Comissões de Educação e na de Constituição e Justiça e de Cidadania.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

APROVADO PROJETO DE LEI DE GLAUSTIN DA FOKUS QUE PREVÊ O COMBATE AO BURNOUT

O Projeto de Lei 1.464/22, de autoria do Deputado Federal Glaustin da Fokus (Podemos-GO), que cria a Política Nacional de Atenção Integral a Síndrome de Burnout no âmbito do SUS, foi aprovado na terça-feira (09) na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

O relator da matéria, Deputado Federal Emidinho Madeira (PL-MG), valorizou a iniciativa do parlamentar goiano de promover a visibilidade da saúde mental dos trabalhadores brasileiros.

Para Glaustin, a aprovação foi uma vitória contra precarização crescente das relações de trabalho. “A Síndrome do Esgotamento Profissional, também conhecida como burnout, não é frescura. E precisamos dar apoio aos trabalhadores desde o surgimento dos primeiros sintomas”, reforçou.

De acordo com dados de uma pesquisa realizada pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho, cerca de 30% dos brasileiros sofrem com os sintomas desse problema.

O deputado explicou ainda que, com a criação da Política Nacional de Atenção Integral a Síndrome de Esgotamento Profissional, será possível que o SUS desenvolva atividades educativas e de conscientização. Isso inclui tanto ações de serviços de atendimento, como de proteção e promoção da saúde.

Em 2022, a Síndrome do Esgotamento Profissional foi reconhecida e classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como doença ocupacional.

Agora, o Projeto de Lei 1.464/22 segue para a

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise dos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa.

Glaustin da Fokus garantiu que a luta para a aprovação da matéria seguirá firme. “Infelizmente, assim como a depressão, o burnout é uma realidade no cotidiano de muitos trabalhadores brasileiros. E a doença atinge profissionais de todas as esferas, por isso precisamos conscientizar e prevenir”.

BURNOUT

A Síndrome do Esgotamento Profissional passou a ser mais discutida após a pandemia. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho. O burnout atinge profissionais que atuam diariamente sob pressão e com responsabilidades constantes.

A doença pode resultar em estado de depressão profunda e, por isso, é essencial procurar apoio profissional de saúde desde o surgimento dos primeiros sintomas.

A OMS inclusive alerta que os três os principais indícios de burnout são: os sentimentos de exaustão ou esgotamento de energia; aumento do distanciamento mental do próprio trabalho, ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao próprio trabalho e, por fim, a redução da eficácia profissional.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“A Síndrome do Esgotamento Profissional, também conhecida como burnout, não é frescura”

A close-up portrait of Miguel O'Brien, a middle-aged man with grey hair, smiling. He is wearing a dark suit jacket over a light blue shirt and a patterned tie. The background is blurred, showing other people in a crowd.

“Nossas ações vêm modificando a vida dos pescadores do Brasil”

RAIMUNDO COSTA PARTICIPA DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A PESCA ARTESANAL

O programa Povos da Pesca Artesanal vai atender as principais reivindicações de pescadoras e pescadores

Foi apresentado na quarta-feira, (2/8), no Palácio do Planalto, o programa Povos da Pesca Artesanal, que vai atender as principais reivindicações de pescadoras e pescadores. O lançamento contou com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, e do parlamentar da pesca Raimundo Costa (Podemos-Ba).

Com o programa Povos da Pesca Artesanal, o governo pretende beneficiar mais de 1 milhão de pescadores e pescadoras em todas as regiões, com maior concentração no Norte e no Nordeste, dentre pescadores indígenas, mulheres negras, comunidades caiçaras, marisqueiras, jangadeiros, vazanteiros, ribeirinhos, extrativistas, pescadores quilombolas da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

“Tive a oportunidade de ver o Presidente Lula confirmar toda a nossa expectativa de investimento de políticas públicas. Saio muito satisfeito e esperançoso de que, a partir de agora, temos a certeza absoluta de que a pesca artesanal tem espaço no Palácio, já tinha desde 2019 com o nosso mandato”, disse Raimundo.

Para o deputado da pesca, Raimundo Costa (Podemos-Ba), o governo apresenta uma valorização nas tradições culturais ligadas à pesca. “Nossas ações vêm modificando a vida dos pescadores do Brasil. Com o governo Lula, e o nosso Ministro André de Paula assumindo esse compromisso com todos nós, com certeza as nossas expectativas de dias melhores são reais”, concluiu o parlamentar.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



COMISSÕES E SAÚDE NA SERRA GAÚCHA FORAM O FOCO DE MAURICIO MARCON EM JULHO E AGOSTO

Apesar do recesso parlamentar, os meses de julho e agosto foram meses de bastante trabalho para o Deputado Federal Mauricio Marcon (Podemos-RS). Foram diversas as frentes de trabalho, sendo as principais a CPMI do 8 de Janeiro, a Comissão de Comunicação (CCOM) e o encaminhamento de importante emenda parlamentar à cidade de Caxias do Sul-RS.

Quanto à CPMI dos Atos do 8 de Janeiro, Marcon teve atuação de destaque dentre a oposição nos interrogatórios de figuras como o coronel da PMDF, Jorge Eduardo Naime, o ex-diretor da PRF, Silvinei Vasques, e o ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência, Saulo Moura da Cunha. Além disso, Marcon engrossou o coro oposicionista contra as manobras do Ministro da Justiça, Flávio Dino, para evitar que as imagens das câmeras internas e externas do MJ fossem disponibilizadas para a CPMI, conforme os requerimentos aprovados na Comissão ainda em junho.

Já quanto à atuação do deputado na CCOM, foi aprovado na comissão o parecer relatado por Marcon pela rejeição do PL nº 218/2020. O projeto instituiria a Contribuição Social sobre Serviços Digitais (CSSC), incidindo sobre a receita bruta de serviços digitais das grandes empresas de tecnologia. A aprovação do mesmo teria impactos negativos no setor de tecnologia, como o encarecimento de serviços e a redução da concorrência por conta da criação de novas barreiras de entrada no setor.

Nesse sentido, a vitória na rejeição do projeto representou uma vitória da liberdade econômica.

Por fim, no âmbito da política gaúcha, os esforços de Marcon foram no sentido da conclusão da viabilização do envio de importantes recursos do Fundo Nacional de Saúde para o Município de Caxias do Sul.

Mantendo a saúde da população caxiense entre seus principais compromissos, o deputado destinou mais de R\$ 6 milhões para a ampliação da oferta de serviços de saúde, atendendo à demanda represada da cidade e região por cirurgias, consultas, exames de laboratório e especializados, e outros procedimentos médicos. Os investimentos fazem parte de um planejamento de Marcon que visa auxiliar o Município, que é referência para outras 49 cidades da região, no enfrentamento da complicada situação da rede pública de saúde.

“A situação da Saúde Pública em Caxias do Sul é desafiadora, tanto em termos financeiros como operacionais, considerando a função de referência do município para dezenas de outras cidades da Serra Gaúcha”, avalia o deputado. Ele reitera, porém, que os recursos como os das emendas parlamentares não são “benefícios políticos”, e sim somente o retorno correto e eficaz do dinheiro dos impostos pagos pela população de Caxias e da Serra.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“A aprovação do mesmo teria impactos negativos no setor de tecnologia, como o encarecimento de serviços”

A man with short dark hair and glasses, wearing a dark blue suit, a light blue shirt, and a red tie with white polka dots, stands with his arms crossed. He is positioned in front of a modern building with a grid-like facade. The background shows a clear sky and a paved area with a metal fence.

“A medida representa um exemplo concreto de como a atuação de um legislador pode fazer a diferença na vida cotidiana das pessoas, promovendo políticas inclusivas”

BRUNO GANEM TEM EMENDA SANCIONADA PELO PRESIDENTE NO PROGRAMA ‘MINHA CASA, MINHA VIDA’

O Deputado Federal Bruno Ganem, do Podemos São Paulo, comemora mais um significativo marco em seu primeiro ano de mandato. A emenda dele ao ‘Programa Minha Casa, Minha Vida’, que garante aos beneficiários o direito de morar com seus animais de estimação, foi sancionada pelo Presidente da República, representando uma importante vitória para a população e para os defensores dos direitos dos animais.

A inclusão dessa emenda é resultado de esforços conjuntos e compromisso contínuo do parlamentar em promover políticas públicas inclusivas e sensíveis às necessidades da população.

Reconhecendo a importância dos animais de estimação como membros da família e os benefícios emocionais e sociais que eles proporcionam, Ganem trabalhou incansavelmente para assegurar que os cidadãos que se beneficiam do programa habitacional tenham o

direito de compartilhar suas novas residências com seus companheiros peludos.

A emenda sancionada não apenas enfatiza o compromisso do deputado com a qualidade de vida dos brasileiros, mas também destaca sua habilidade de construir pontes e alcançar resultados positivos no cenário político.

“A medida representa um exemplo concreto de como a atuação de um legislador pode fazer a diferença na vida cotidiana das pessoas, promovendo políticas inclusivas e respeitando as escolhas individuais”, reforça Bruno Ganem.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA DO TURISMO NO BRASIL GERA EMPREGOS E DIVISAS

De janeiro a maio deste ano, o Brasil recebeu quase 3 milhões de turistas estrangeiros - mais que o dobro do mesmo período de 2022. Esses visitantes injetaram R\$ 13 bilhões em nossa economia, o que é motivo de comemoração e também um indicativo de que, por meio do reforço de políticas de apoio e incentivo ao turismo nacional, essa indústria possui potencial para expandir ainda mais.

Segundo uma pesquisa divulgada pela Futura Inteligência, um em cada quatro brasileiros pretende viajar a turismo nos próximos seis meses, que 41% da população está disposta a fazer uma viagem no próximo ano e 62% nos próximos dois anos. Dentre as pessoas ouvidas, 32,1% já viajaram nos últimos 12 meses. É um mercado gigantesco, que merece toda atenção do setor empresarial e governamental.

Em maio, todo o setor do turismo no Brasil registrou um faturamento de R\$ 36,12 bilhões, o maior volume registrado para o mês, desde 2014. O aumento foi de 8,6% em relação a maio de 2022 e 4% em relação ao

mês anterior, de abril.

De acordo com uma previsão da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), esse segmento de nossa economia deve registrar, até o final de 2023, uma alta de 9,3%.

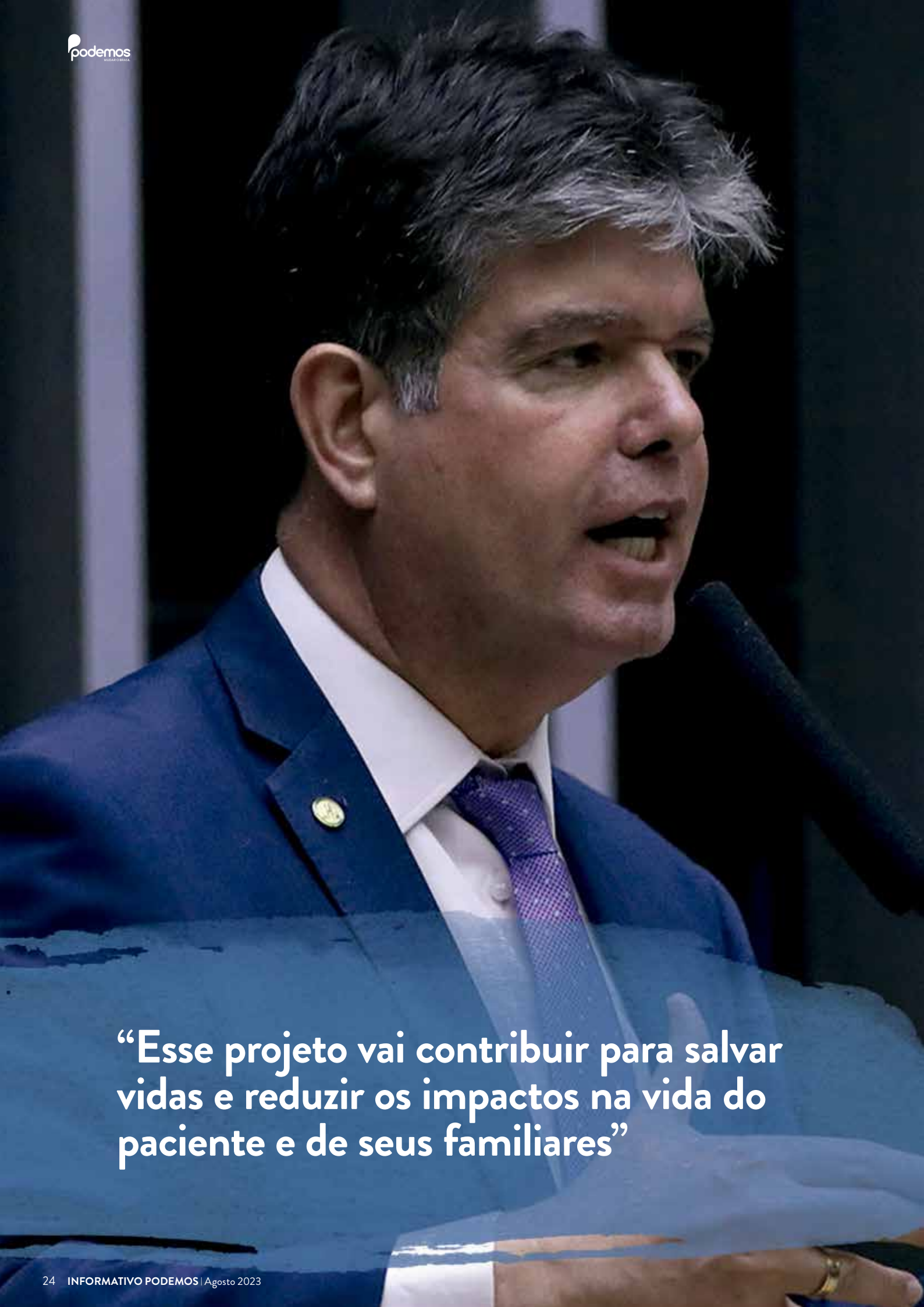
E para atender a esta demanda crescente, precisamos de mais infraestrutura, mais profissionais capacitados e de planos concretos para o desenvolvimento sustentável deste poderoso e rendoso setor. Precisamos recuperar o tempo perdido e focar no futuro, e em como cativar o mundo inteiro, cujos olhos estarão nos próximos anos voltados para a COP-30, que acontecerá no Brasil em 2025. Será mais uma oportunidade de ouro de consolidarmos as políticas do turismo nacional.

FABIO MACEDO – LÍDER DO PODEMOS NA CÂMARA FEDERAL /
1º VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Precisamos de mais infraestrutura, mais profissionais capacitados e de planos concretos para o desenvolvimento sustentável deste poderoso setor”

A man with dark hair, some grey at the temples, is shown from the chest up. He is wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a purple patterned tie. He is speaking into a black microphone on the right side of the frame. His mouth is open, and he appears to be in the middle of a speech. The background is dark and out of focus.

“Esse projeto vai contribuir para salvar vidas e reduzir os impactos na vida do paciente e de seus familiares”

PROJETO DE RUY INSTITUI PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL ÀS PESSOAS COM EPILEPSIA

A proteção e a garantia de novos direitos aos pacientes com epilepsia ganharam um importante reforço através de mais uma iniciativa do Deputado Federal Ruy Carneiro (Podemos-PB). O projeto de lei, que prevê a criação do Programa Nacional de Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia, foi aprovado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara Federal.

Segundo Ruy, o objetivo é proporcionar atendimento integral, reduzir sequelas e incentivar a criação de campanhas educativas para combater o preconceito contra os pacientes. “Esse projeto vai contribuir para salvar vidas e reduzir os impactos na vida do paciente e de seus familiares. Entre algumas medidas estão a garantia de prioridade em estabelecimentos de saúde para coleta de exames, acompanhamento especializado para gestantes com epilepsia e proteções no ambiente de trabalho para pacientes com esse diagnóstico”, destacou.

O PL 5538/2019 prevê a criação desse programa nacional no âmbito do Sistema Único de Saúde. A matéria agora segue para as comissões de Finanças e Tributação; Constituição, Justiça e Cidadania; antes de seguir para o Plenário da Câmara.

PROPOSTAS DO PROGRAMA:

1. Instituição do Programa Nacional de Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
2. Definição dos objetivos gerais do programa, que incluem proporcionar atendimento integral, reduzir manifestações clínicas e sequelas, bem como combater a estigmatização social.
3. Participação dos Ministérios da Educação e Infraestrutura no programa, coordenado pelo Ministério da Saúde.
4. Estabelecimento de objetivos específicos,

como diagnosticar e tratar pacientes com epilepsia em todos os níveis de atenção à saúde e promover ações educativas para divulgar informações sobre a epilepsia.

5. Atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), que incluem disponibilizar atendimento especializado, fornecer medicação necessária ao tratamento, realizar procedimentos cirúrgicos e oferecer exames relacionados à epilepsia, entre outras medidas.

6. Garantia de prioridade para pacientes com epilepsia em estabelecimentos de saúde para coleta de material para exames.

7. Acompanhamento especializado durante o pré-natal, parto e puerpério para gestantes com epilepsia.

8. Desenvolvimento de um sistema de informação para acompanhamento das pessoas com epilepsia, com garantia de sigilo das informações.

9. Realização de ações educativas, como campanhas nos meios de comunicação, elaboração de materiais informativos, cadernos técnicos e cartilhas explicativas.

10. Divulgação da relação atualizada de endereços e telefones das unidades de atendimento a pessoas com epilepsia.

11. Capacitação dos profissionais da educação e do transporte público para orientar e educar as pessoas com epilepsia, bem como para prestar atendimento pré-hospitalar.

12. Assegurar à pessoa com epilepsia horário de serviço especial para tratamento e vedar ao empregador dispensá-lo em função de crises ou ausência justificada.

13. Estabelecimento de multa diária no valor de R\$ 5 mil para a não-observância da lei.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

IGOR TIMO, PARCEIRO DOS PREFEITOS MINEIROS, PARTICIPA DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA E DEFENDE MAIS RECURSOS PARA SOCORRER ENTES FEDERADOS

O Deputado Federal Igor Timo, do Podemos Minas Gerais, é um parlamentar que abraça de coração a causa municipalista, antes mesmo de ter mandato. Ele trabalha arduamente no Congresso em defesa das prefeituras e dos gestores municipais.

Por conhecer bem a realidade vivenciada por eles, no primeiro mandato, foi um dos deputados mineiros que mais destinou recursos para socorrer as prefeituras, em especial, à saúde que enfrentou uma grave pandemia que assolou o mundo.

Em continuidade ao trabalho que iniciou no primeiro mandato, Igor participou no dia 15 de agosto do Movimento Municipalista, realizado em Brasília. O evento reuniu prefeitos, parlamentares e gestores públicos. Juntos, eles discutiram propostas importantes como a Reforma Tributária, a PEC 122/2015, que teve voto favorável do deputado na Câmara, proposta esta que proíbe a União atribuir despesas aos municípios sem destinar fonte de recursos, além de outras pautas de interesse dos municípios.

Para o parlamentar, esse diálogo é primordial, pois é por meio dele que se compreendem as necessidades e se unem esforços para auxiliar os prefeitos que necessitam de apoio para promover os projetos locais. Esse apoio é fundamental para a manutenção dos serviços essenciais, tais como saúde, educação e segurança, que atendem à população em diversas áreas.

“Cresci testemunhando as batalhas de gestores, o que me impulsionou a lutar incansavelmente pelos

municípios e entender que, para transformar a realidade, é preciso agir com determinação e compromisso. Acredito firmemente que a pauta municipalista não deve ser influenciada por nenhum viés ideológico. Ela deve ser suprapartidária, pois nosso foco é um só: fortalecer nossos municípios e melhorar a vida dos nossos cidadãos”, ressaltou Igor Timo.

Durante o Movimento Municipalista, também foi apresentado um estudo que mostra a crise vivenciada pelos entes federados. O levantamento destaca que 51% dos Municípios estão com as contas no vermelho e que precisam de apoio dos governantes e parlamentares para subsidiar o desenvolvimento local e a manutenção serviços essenciais prestados à população, como a saúde, por exemplo.

Sabendo da importância da manutenção desses serviços para atender àqueles que mais precisam do poder público, apoiando e sendo o braço direito dos prefeitos, Igor Timo continuará trabalhando na Câmara dos Deputados, de maneira incansável, para destinar mais recursos para os municípios saírem desta crise que enfrentam. Além disso, o deputado também defenderá, em diálogo constante com o Congresso, a aprovação de pautas importantes que possam subsidiar novos recursos aos entes federados, a fim de ajudá-los a sair do vermelho.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Cresci testemunhando as batalhas de gestores, o que me impulsionou a lutar incansavelmente pelos municípios”





A close-up portrait of a man with dark, wavy hair, wearing a dark suit, white shirt, and blue tie. He is looking slightly to the right with a serious expression. The background is a blurred blue and green pattern.

**“O prontuário único e centralizado,
promove a melhoria das informações
epidemiológicas sobre saúde e doença da
população, permitindo a formulação de
políticas públicas mais eficientes”**

“QUERO SOMAR PARA A MELHORARIA DA SAÚDE. PRECISAMOS REVOLUCIONAR O SUS PARA FORTALECER O ATENDIMENTO”, DEFENDE RODRIGO GAMBALE

O parlamentar buscará aprovação do projeto que pode revolucionar o SUS

O Deputado Federal Rodrigo Gambale, do Podemos São Paulo, tem a missão de buscar com urgência a aprovação do Projeto de Lei 3409/2023, que dispõe sobre o prontuário único de saúde integrado entre todo o SUS e toda a rede privada de prestação de serviços de saúde.

O parlamentar ressaltou que, hoje, o Brasil tem o sistema SUS, mas não há integração entre os estados. A vinculação do histórico médico em um modelo digital para o acesso em qualquer sistema de saúde precisa ser implantado, garantindo segurança para o médico e para o paciente.

“Esse é um dos grandes objetivos que temos para a saúde, é trazer melhoria na vida das pessoas. O prontuário único e centralizado, promove a melhoria das

informações epidemiológicas sobre saúde e doença da população, permitindo a formulação de políticas públicas mais eficientes”, afirma.

“Ele estaria acessível em todos os níveis de atenção à saúde, incluindo informações sobre alergias, vacinas, procedimentos cirúrgicos, internações, exames, dentre outras informações relevantes. O histórico do paciente precisa ser integrado ao sistema digital.” O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

SARGENTO PORTUGAL ENCAMINHA INDICAÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA CRIAR SISTEMA DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELA ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ARMAS DE FOGO

O Deputado Sargento Portugal, do Podemos Rio de Janeiro, encaminhou uma Indicação ao Presidente da República sugerindo a criação de Sistema de pagamento de indenização pela entrega voluntária de armas de fogo, granadas, munições e carregadores, no âmbito da SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública, subordinada ao MJSP - Ministério da Justiça e Segurança.

De acordo com o parlamentar, o intuito é de que se possa viabilizar a criação de uma política pública de incentivo ao cidadão comum de todo o Brasil, com a bonificação financeira ao cidadão comum que queira entregar espontaneamente e voluntariamente armas de fogo, granadas, munições e carregadores em situação regular e irregular.

Portugal observa que, no País, a criminalidade letal encontra-se em constante expansão, ultrapassando a marca total de mais de 60 (sessenta) mil homicídios anuais. Disso se extrai que o Estado não tem sido efetivo em prover a segurança de seus cidadãos, bem como em retirar de circulação armas de fogos irregulares, que, ao fim e ao cabo, acabam contribuindo para a expansão da criminalidade letal.

“Quanto menor o número de circulação de armas irregulares maior é a redução significativa da criminalidade letal”, finaliza Sargento Portugal.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Quanto menor o número de circulação de armas irregulares maior é a redução significativa da criminalidade letal”



“O Brasil precisa adotar o Semipresidencialismo, um modelo clássico de divisão de poder que tem funcionado muito bem nos países mais avançados”

ALÉM DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DEPUTADO HAULY DEFENDE A ADOÇÃO DO SEMIPRESIDENCIALISMO

Ao completar em 2023, 50 anos de atuação na vida pública, Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), que cumpre o seu oitavo mandato como deputado federal, já foi vereador e prefeito de Cambé, duas vezes Secretário da Fazenda do Paraná, atuou ou presidiu algumas das principais comissões da Câmara, presidiu o FIPA - Parlamento das Américas (com sede no Canadá) por 4 anos e que é um recordista entre os “Cabeças do Congresso”.

O parlamentar entende que a além da aprovação da Reforma Tributária para simplificar o caótico sistema e alavancar a economia do País, o Brasil também precisa passar por uma profunda reestruturação do seu modelo político.

Ele entende que isso passa pela implantação do regime do Semipresidencialismo, sistema hoje vigente nos países mais desenvolvidos.

E não é de hoje que o Deputado Hauly defende a modernização do sistema político. Já em 2016, por meio de requerimento, ele sugeriu a criação de uma Comissão Especial de Estudo (nº 4116/2016) para apreciar e debater sobre a implantação do Semipresidencialismo no Brasil. E não foi por acaso que ele tomou essa iniciativa no ano de 2016, pois foi justamente nesse ano que ocorreu a cassação da Presidente Dilma Rousseff da Presidência da República.

A denúncia contra Dilma foi oficialmente oferecida no dia 15 de outubro de 2015, no dia 2 de dezembro ocorreu o ato de aceitação pela Presidência da Câmara e a cassação foi confirmada pelo Senado no dia 16 de maio de 2016. Michel Temer assumiu o mandato no dia 31 de agosto de 2016.

Para Hauly, que já havia participado ativamente do processo de cassação do presidente Fernando Collor, em 1992, o Brasil perde muito, em todos os sentidos,

quando uma crise institucional se arrasta envolvendo o Presidente da República.

Ele entende que, no mundo moderno de hoje não há mais espaço para esse presidencialismo arcaico praticado no Brasil, no qual uma autoridade concentra todo poder, confundindo as responsabilidades de chefe de Governo e de chefe de Estado.

No entendimento de Hauly, isso precisa ser revisto com a máxima urgência para que, em caso de uma nova crise institucional envolvendo a figura do Presidente da República, o Brasil não venha a enfrentar as prolongadas e incertas crises institucionais que antecederam as quedas de Collor e Dilma e acabaram afetando, também, todo o quadro econômico brasileiro, levando a um novo desarranjo no desenvolvimento e crescimento nacional.

Citando o exemplo dos países europeus, como a Inglaterra e a Itália, ele lembra que, quando acontece alguma crise institucional ou ocorre a condução da política ou da economia de forma equivocadas, não há crise ou paralisação de nenhum setor governamental.

Simplesmente ocorre uma substituição do gabinete do primeiro-ministro e tudo segue normalmente. Após a aprovação da Reforma Tributária, Hauly defende que o Brasil passe a discutir seriamente a adoção do Semipresidencialismo, um modelo clássico de responsabilidades que tem funcionado muito bem nos países mais avançados.

“O Brasil precisa adotar o Semipresidencialismo, um modelo clássico de divisão de poder que tem funcionado muito bem nos países mais avançados, o qual evita crises como o País tem enfrentado”, afirma Hauly.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br      @podemos19

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos19

 **podemos**
CÂMARA